

HABEAS CORPUS Nº 570.521 - MG (2020/0079551-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DHOUGLAS ARAUJO SOARES
ADVOGADO : DHOUGLAS ARAUJO SOARES - MG176129
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : AFRANIO SOUZA COSTA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO DE JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. MANIFESTA INCOMPETÊNCIA DO STJ. DECISÃO DO RELATOR DO WRIT IMPETRADO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. PRISÃO PREVENTIVA FUNDADA NA PERICULOSIDADE DO ACUSADO. REINCIDÊNCIA NA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. NÃO DEMONSTRADA NA ORIGEM INCLUSÃO EM GRUPO DE RISCO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Afranio Souza Costa Junior** contra *decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Frutal/MG* (fl. 3).

Narram os autos que o Juízo da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Frutal/MG decretou a prisão preventiva do paciente, atendendo à representação da autoridade policial.

Recebida a denúncia, instaurou-se a Ação Penal n. 0007166-14.2020.8.13.0271, para apuração das ameaças feitas pelo acusado que, valendo-se da relação doméstica com a vítima (três anos de relacionamento), disse que a mataria.

Indeferido o pedido liminar pelo Desembargador Relator do *mandamus* no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a defesa aponta, no presente *writ*, constrangimento ilegal na segregação cautelar, argumentando a falta de seus requisitos, a desnecessidade da medida mais gravosa, além de o paciente se enquadrar nas hipóteses elencadas na Recomendação n. 62/CNJ que autorizam a substituição por medidas alternativas diversas da prisão.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Na espécie, aplica-se o enunciado da Súmula 691/STF, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, **salvo no caso de flagrante ilegalidade**.

Com efeito, a par da manifesta incompetência do Superior Tribunal de Justiça para conhecer de impetração de *habeas corpus* contra ato de juiz de primeira instância, não verifico ilegalidade manifesta na decisão do Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que indeferiu o pedido liminar.

Ao que se observa dos autos, o relator do *writ* na Corte de Justiça estadual afirmou que *as alegações de que o paciente se enquadra nos grupos de risco não encontra respaldo suficiente nos autos. Ademais, em sede liminar, considero que os elementos constantes dos autos não permitem verificar, de plano, a presente do fumus boni iuris e do periculum in mora, considerando, sobretudo, que a Comarca de Frutal/MG editou portaria n. 18/2020 com providências para evitar contágio e transmissão de coronavírus nos estabelecimentos prisionais* (fl. 136).

Consta, ainda, a análise dos fundamentos concretos elencados no decreto prisional, ressaltando que *a gravidade da conduta atribuída ao paciente demonstra, em princípio, a necessidade de manutenção da prisão para garantia da ordem pública e proteção da integridade física da vítima, mormente porque o paciente é reincidente na prática de violência doméstica* (fl. 136 - grifo nosso).

Dessa forma, ao que se observa, a decisão proferida levou em conta a situação de pandemia que também assola o País, entretanto, prevaleceu, em um primeiro juízo (de prelibação), a periculosidade do acusado caracterizada pela reincidência em delitos contra a mulher, além da consideração de que não se encontra em situação de risco, **quadro que poderá sofrer alteração quando do julgamento do mérito**.

Nesse contexto, **mostra-se prudente e necessário aguardar o julgamento do mérito da impetração**.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o**

Superior Tribunal de Justiça

presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator